

PROJETO EM TRAMITAÇÃO

Arcabouço fiscal é adiado após pressão

Prevista para ontem, a entrega do parecer de Cláudio Cajado (PP-BA) foi postergada para a próxima terça-feira. Relator articula apoio à proposta no Congresso Nacional

» TAÍSA MEDEIROS
» VÍCTOR CORREIA

Paulo Sérgio/Câmara dos Deputados



Cláudio Cajado negocia apoio ao relatório entre as bancadas partidárias. O texto seria entregue ontem



O que o relator deputado Cláudio Cajado está fazendo é desvirtuar completamente o governo do presidente Lula"

Lindbergh Farias (PT-RJ), deputado federal

Legislativo — e uma econômica, com a redução do crescimento do gasto de 70% para 50% do avanço da arrecadação.

Também há um pleito para inserir na proposta gatilhos de contingenciamento dos gastos, congelando o salário dos servidores, por exemplo, em caso de estouro da meta. Segundo Cajado, esses apelos são praticamente unânimes entre os partidos.

Mudanças

O Psol e uma ala significativa do PT, por outro lado, tentam emplacar alterações para aumentar o limite do crescimento

dos gastos e para direcionar o excesso de arrecadação para investimentos, e não para o pagamento das dívidas.

"O que o relator deputado Cláudio Cajado está fazendo é desvirtuar completamente o governo do presidente Lula", declarou, na tribuna, o deputado Lindbergh Farias (PT-RJ). "Espero que, até a próxima semana, consigamos evoluir e tirar essas medidas que, para nós, são inadmissíveis", acrescentou.

A inclusão de mudanças, porém, pode causar um racha entre o partido e a Fazenda, como ocorreu na retomada da tributação sobre os combustíveis.

Favorável à medida, Haddad foi vítima de "fogo amigo" por parte de petistas que temiam o impacto do aumento na popularidade de Lula. Por isso, o PT mantém, em público, o apoio à equipe econômica. Ontem, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, reforçou o recado enviado no dia anterior pelo líder do partido na Câmara, Zeca Dirceu (PT-PR), de que a bancada não proporia emendas ao arcabouço. "Recebi tanto do líder do PT, da bancada do PT, quanto de um conjunto de parlamentares, que o PT tomou a decisão de que não vai apresentar emendas, porque defende o governo e defende a proposta liderada pelo ministro Fernando Haddad", relatou.

Emendas, porém, só são apresentadas e votadas junto à apreciação da matéria, em plenário. O que os parlamentares tentam agora é incluir alterações no relatório de Cajado. A inserção também entra em conflito com o objetivo do governo de alcançar uma vitória expressiva na votação da medida.

Reforma tributária: cashback em discussão

» ÂNDREA MALCHER
» TAÍSA MEDEIROS
» HENRIQUE LESSA

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Camilla Cavalcanti defende subsídio da cesta básica por cashback

toda a conta como vem sendo colocado", disse.

O secretário extraordinário de reforma tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, também comentou o cashback em evento da Associação Brasileira de Supermercados (Abas), ontem. Ele afirmou que teve uma reunião com representantes dos Estados e Receita Federal para discutir o desenho operacional do mecanismo previsto na reforma tributária. "Lembrando que ele pode ser um desconto na boca da caixa. Não preciso esperar

arrecadar para depois devolver. Especialmente no Brasil é muito fácil de fazer isso", frisou.

Appy reiterou a defesa do mecanismo e ressaltou que o modelo auxiliará na regressão tributária. "O efeito final do cashback é mais positivo do ponto de vista social e mais positivo do ponto de vista da demanda de alimentos", argumentou o secretário.

Cesta básica

A tributação dos alimentos também foi tema de discussão no

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Novo arcabouço fiscal blindará política de Haddad

Um dos fatores de sucesso do Plano Real foi a blindagem da política econômica, especialmente do então ministro da Fazenda, Pedro Malan. Quem trombou com ele, acabou defenestrado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Foi o que aconteceu com Clóvis Carvalho, que havia deixado a Casa Civil para assumir o Ministério do Desenvolvimento. Durou três meses no cargo.

Vale revisitar o episódio. Carvalho havia cobrado mais ousadia da equipe econômica e criticara Pedro Malan por "excesso de cautela". O ministro da Fazenda não gostou e exigiu uma atitude mais firme em relação ao "fogo amigo" no governo. FHC pretendia resolver o problema com uma boa conversa. Logo se deu conta de que corria o risco de ficar sem Malan e, mesmo que isso não acontecesse, sua autoridade sairia arranhada.

A política econômica estava blindada pelos aliados do chefe do Executivo no Congresso. O então presidente do PFL, Jorge Bornhausen (SC), defendia a rápida substituição de Carvalho. O presidente do então PMDB, Jader Barbalho (PA), também apoiava a demissão. O então ministro Aloysio Nunes Ferreira (Secretaria-Geral da Presidência) reforçou a blindagem ao afirmar que o substituto seria alguém que somasse com Malan. O nome escolhido era o de Alcides Tápias (Camargo Correia).

Carvalho ainda tentou evitar sua saída do governo, refugou o pedido de demissão na conversa com Pedro Parente, que havia assumido a Casa Civil em seu lugar e, de mando, sugeriu que pedisse para sair: "Não aceito falar com intermediários". Chamado ao Palácio do Planalto, a conversa com FHC foi telegráfica: "Você sabe que estou no governo por sua causa. Se você entender que, para o projeto continuar bem, eu deveria sair dele, coloco meu cargo à disposição", disse o ministro. "Eu preciso do cargo", disse o presidente da República.

O atual ministro da Fazenda, Fernando Haddad, melhorou muito seu relacionamento com os agentes econômicos, apesar do contencioso com o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, por causa da taxa de juros de 13,75% (Selic). Mas o "fogo amigo" no governo continua. Só agora caiu a ficha de que a proposta de arcabouço fiscal apresentada pela equipe econômica deve ser defendida em vez de atacada pela bancada do PT para o Congresso não endurecer ainda mais as suas regras. O presidente de Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e os dois grandes blocos formados na Casa se movimentam para engessar a política fiscal.

Contingenciamento

O relator do projeto, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), trabalha um substitutivo que estabelece uma limitação maior do que o previsto por Haddad para certas despesas e endurece a punição para o não cumprimento das metas do saldo primário, a diferença entre receita e despesa, desconsiderados os juros. Outra proposta é o contingenciamento das despesas para que não extrapolem o teto de gastos. Contingenciar é um verbo obscuro para o PT. Principalmente se for reajustes salariais de servidores e injeção de dinheiro nas estatais. Em contrapartida, o novo arcabouço limitaria o teto de pagamento de precatórios pelo Tesouro.

Existe um compromisso entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o presidente da Câmara para aprovar o projeto de arcabouço fiscal sem mudar sua essência. Mas o jogo ainda não terminou. Os agentes econômicos pressionam para que as regras fiscais sejam mais rígidas, os partidos de oposição jogam pesado para reduzir a flexibilidade do arcabouço, na expectativa de que isso imponha limites aos programas sociais do governo. Os deputados estão mais preocupados com suas emendas do que com as políticas públicas.

A margem do governo para relançar ao antigo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com novos investimentos, com a liberação das emendas do antigo "orçamento secreto" se reduziu. Quando presidente da Câmara, Arthur Lira, afirma que o Congresso não aceitará retrocessos, está mandando um recado de que a legislação aprovada em seu mandato anterior deve ser mantida. Estão nesse escopo a marco do saneamento e a privatização da Eletrobras. No primeiro caso, o governo tenta mitigar a derrota no Senado; no segundo, como sabe que não passa pela Câmara, recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Mas há uma grande interrogação ainda. O "fogo amigo" da bancada petista contra a política econômica de Haddad está em certa sintonia com as declarações do presidente Lula. Até agora, apesar disso, Haddad tem conseguido avançar. Tem o apoio do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o vice-presidente Geraldo Alckmin, e da ministra do Planejamento, Simone Tebet. A equipe econômica está unida, quando nada porque o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, um desenvolvimentista, está em silêncio obsequioso.

O "FOGO AMIGO" DA BANCADA PETISTA CONTRA A POLÍTICA ECONÔMICA DE HADDAD ESTÁ EM CERTA SINTONIA COM AS DECLARAÇÕES DO PRESIDENTE LULA. ATÉ AGORA, APESAR DISSO, HADDAD TEM CONSEGUIDO AVANÇAR